

UNIVERSALIDADE EM AÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO ATENDIMENTO A UM PACIENTE ESTRANGEIRO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Linha: Pesquisa

Gizelle Alves de Medeiros Gondim¹; Camylla Aparecida Brito dos Santos²; Hellen Ferreira de Souza³; Paula Sayhara Mendes Barbosa⁴; Uly Queiroz Espínola de Siqueira Moura⁵; Laryssa Gonçalves Couras⁶; Arthur Roberto Dias Pereira⁷; Nayara Sayonara Duarte Delgado⁸; Honorina Fernandes Nogueira Neta⁹

¹²³⁴⁵⁶⁷Afya Paraíba, João Pessoa – PB

⁸ Médica Preceptora, USF Intermares, Cabedelo – PB

⁹ Docente Afya Paraíba, João Pessoa – PB

Introdução

Instituído pela Lei nº 8.080/1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das maiores políticas públicas de saúde do mundo, garantindo o acesso à saúde como dever do Estado e direito de todos. Essa lei define princípios fundamentais, como a universalidade, a integralidade e a equidade. O princípio da universalidade assegura que todas as pessoas, independentemente de nacionalidade ou condição social, tenham acesso igualitário aos serviços de saúde, reafirmando o caráter inclusivo e humanitário do SUS (BRASIL, 1990).

Esse sistema organiza o cuidado a partir da Atenção Primária à Saúde (APS), que funciona como porta de entrada e coordenadora do atendimento. A regulação assistencial garante acesso equitativo aos serviços e integra a APS à atenção especializada. No atendimento a um paciente estrangeiro, a APS é fundamental para articular cuidados e assegurar a continuidade do tratamento, independentemente da nacionalidade do usuário (MELO *et al.*, 2021).

O Brasil, historicamente, tem sido um país marcado por intensos fluxos migratórios, recebendo pessoas de diferentes nacionalidades ao longo dos séculos, conforme ressaltado por Reznik em História da imigração no Brasil. Essa diversidade cultural e étnica reflete a pluralidade da população brasileira e evidencia a necessidade de políticas públicas capazes de acolher todos de forma equitativa. No contexto da saúde, o SUS representa um instrumento fundamental para garantir o acesso universal a cuidados médicos dessas pessoas. Assim, a experiência do atendimento a um paciente estrangeiro em uma Unidade de Saúde ilustra na prática a aplicação do princípio da universalidade, assim como, as dificuldades encontradas para a sua realização. Este trabalho possui como objetivo relatar a experiência do atendimento

a um paciente estrangeiro em uma Unidade Básica de Saúde, destacando os desafios comunicacionais envolvidos, bem como o acolhimento no contexto do SUS.

Métodos ou Relato de Experiência

A experiência ocorreu em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada em um bairro no município de Cabedelo, Paraíba. Em uma manhã de atendimento espontâneo, um homem de 60 anos, natural da Califórnia procurou a Unidade para renovação de receitas de imunossupressores e corticóides, devido histórico de transplante renal há 15 anos realizados nos EUA. Segundo ele, embora já esteja em acompanhamento no Brasil há um ano, os seus documentos ainda estão incompletos. O fato da médica ter domínio da língua inglesa minimizou a barreira linguística de comunicação e facilitou ainda mais o atendimento e direcionamento deste paciente. Após o primeiro contato foi feito a renovação das receitas dos medicamentos Tacrolimo 4,5mg; Micofenolato de mofetila 500mg e Prednisona 5mg para retirada no CEDMEX e feito o encaminhamento para o nefrologista para seguimento do acompanhamento desse caso clínico. Ao final do atendimento, o paciente demonstrou extrema gratidão a consulta realizada pela médica e a toda a ajuda ofertada desde o início do acompanhamento deste na Unidade, nos mostrando o quanto o SUS, realmente, ultrapassa fronteiras e nacionalidades, e o quanto é importante para o profissional médico ampliar o seu vocabulário linguístico, frente a necessidade de abordagem de estrangeiros na Unidade Básica.

Resultados e Discussão

A nota técnica 8/2024 com orientações sobre o acesso à saúde de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas na Atenção Primária à Saúde (APS) enfatiza a igualdade de direitos entre migrantes e nacionais, de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), independente da situação migratória ou documental dos usuários, e coloca em evidência a necessidade da adoção de abordagens interculturais nos atendimentos em saúde para migrantes. Diante disso, é válido ressaltar que a Atenção Básica tem, entre seus princípios e diretrizes, a universalidade, a integralidade e o acesso, princípios ordenadores e organizativos da atenção que são essenciais para o desenvolvimento da competência cultural e consequente atenção à saúde dos imigrantes. (Brasil, 2024)

Durante o atendimento de estrangeiros nas unidades de saúde pelo Brasil, destaca-se como barreira a dificuldade de comunicação, uma vez que, frequentemente, os pacientes ainda estão em processo de aprender a língua portuguesa, então se sentem mais confortáveis na sua

língua nativa. Nessa perspectiva, a limitação no domínio do idioma limita a anamnese e o diálogo com o paciente, uma vez que como destaca Delamuta (2020) a barreira da língua, dificulta o desempenho dos profissionais, no nível do diagnóstico e da prescrição de tratamentos, bem como, impede que o indivíduo expresse as suas demandas em saúde e obtenha a informação necessária para acessar os serviços. Entretanto, na experiência relatada, essa dificuldade foi contornada pela fluência na língua inglesa da médica da Unidade Básica de Saúde. (Delamuta *et al.*, 2020)

Portanto, é evidente que a comunicação é um eixo central da prática clínica e um instrumento de cuidado. Assim, esse atendimento reforça a necessidade de formação dos profissionais de saúde com habilidades nas competências comunicacionais e culturais, capazes de assegurar um atendimento equitativo e humanizado, conforme orienta a Nota Técnica nº 8/2024 do Ministério da Saúde.

Considerações Finais

Nesse sentido, a experiência vivenciada no atendimento a um paciente estrangeiro em uma Unidade Básica de Saúde evidencia, na prática, a concretização dos princípios que regem o Sistema Único de Saúde, especialmente a universalidade e a equidade. O caso demonstra que, apesar dos desafios comunicacionais e culturais, é possível oferecer um cuidado integral, resolutivo e humanizado quando há preparo, empatia e sensibilidade por parte da equipe de saúde.

A atuação da médica, ao utilizar seus conhecimentos em língua inglesa, foi determinante para a efetividade do atendimento, superando a principal barreira encontrada nesse tipo de situação: a comunicação. Essa vivência reforça a importância de capacitar os profissionais da Atenção Primária à Saúde para o atendimento intercultural, contemplando competências linguísticas, culturais e éticas que possibilitem a inclusão plena de migrantes e estrangeiros no SUS.

Além disso, destaca-se que o acesso ao cuidado de saúde não deve estar condicionado à nacionalidade ou situação documental do indivíduo, mas sim pautado no princípio constitucional de que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Dessa forma, o SUS reafirma seu papel como política pública inclusiva, solidária e sem fronteiras, consolidando-se como exemplo de sistema de saúde que promove a dignidade humana e o respeito à diversidade.

Referências



BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota Técnica nº 8/2024 – Diretrizes de boas práticas para acesso à saúde de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas na Atenção Primária à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-technicas/2024/nota-tecnica-no-8-2024.pdf/view>. Acesso em: 22 out. 2025.

DELAMUTA, Karly Garcia *et al.* Experiências de atendimento à saúde de imigrantes bengaleses entre trabalhadores da atenção primária à saúde no Paraná, Brasil. Cad. Saúde Pública. v. 36, n.8, e00087019, 2020.

MELO, Eduardo Alves et al. A regulação do acesso à atenção especializada e a Atenção Primária à Saúde nas políticas nacionais do SUS. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 31, p. e310109, 2021.

REZNIK, Luís. HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.